

REDES FEMINISTAS E ESTADO: UMA AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL E NO CANADÁ APÓS A PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM

Cynthia Mara Mirandaⁱ
Lia Zanotta Machadoⁱⁱ
Universidade de Brasília

1. Introdução

As interações sociais manifestam numerosas dimensões da desigualdade entre homens e mulheres na vida cotidiana. Simone de Beauvoir (1969) evidenciou, pela primeira vez, no final dos anos 40 que as mulheres se tornaram “o segundo sexo” por meio da construção de uma imagem invertida ao longo dos milênios e séculos, que determinou sua existência em referência aos homens, como homens ao contrário, a versão fracassada e desprovida de poder.

Em diversas culturas as mulheres têm vivenciado ao longo de suas vidas um papel coadjuvante seja na história, na política ou na economia. Não é incomum que em pleno século XXI muitas delas ainda enfrentem discriminações construídas pela sua condição sexual. Dessa forma notamos que na medida em que o sexo feminino foi construído culturalmente como “inferior” esses valores vão sendo moldados e influenciam a forma como as mulheres são desigualmente inseridas em várias esferas da sociedade.

No entanto, as mulheres não são igualmente desiguais, algumas mulheres são mais desiguais que outras por causa do status em que ocupam na sociedade. O fato de ser imigrante, refugiada, negra, indígena, deficiente física ou lésbica faz com que as mulheres se tornem ainda mais vulneráveis e sejam discriminadas tanto pela sua condição de mulher perante os homens quanto pela identidade cultural em que se reconhecem.

As diferenças de gênero são construídas de forma hierárquica: a construção social do ser mulher tem menor *status* que a construção social do ser homem. Essa desigualdade tem sido perpetuada a partir das relações de gênero que tem se dado em diversos âmbitos da vida das mulheres seja na criação dos filhos, na instituição da heterossexualidade, na violência masculina e no predomínio de aspectos patriarcais na esfera pública e privada. Valores sociais instituídos historicamente e culturalmente colocaram a mulher como ser inferior, o patriarcalismo desde os seus primórdiosⁱⁱⁱ

ofereceu algumas ferramentas analíticas para a construção da desigualdade de gênero. As mulheres dessa forma foram sendo excluídas dos espaços públicos, confinadas ao espaço privado, impedidas de participar do mercado de trabalho, de ingressar nas universidades e de votar.

O patriarcalismo foi apenas um dos caminhos adotados para explicar a desigualdade entre os gêneros. Pensar a construção da desigualdade de gênero implica pensar em uma multiplicidade de elementos que corroboram para a sua construção. Diversas autoras (Beauvoir, 1967; Scott, 1995; Machado, 2000) enfatizam a necessidade de ir além de uma análise patriarcal para compreender a forma como a desigualdade entre os gêneros tem sido construída ao longo dos séculos e na atualidade. Diversos estudos têm apontado a necessidade de analisar a desigualdade entre os gêneros a partir da compreensão das “relações de gênero” como determinantes dos papéis diferenciados que homens e mulheres assumiram na sociedade.

As relações de gênero são produto de uma construção cultural que muda conforme a sociedade e o tempo. Falar dessas relações implica um exercício de reflexão sobre as características atribuídas a cada sexo pela sociedade e pela cultura. A diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher.

A cultura ao longo dos tempos forjou a inferioridade das mulheres e designou os papéis de mãe, esposa ou prostituta em função do homem e nunca para a própria. A construção desses papéis resultou na impossibilidade de relações de reciprocidade e de igualdade entre os homens e as mulheres.

A desigualdade nunca foi algo aceito passivamente pelas mulheres como ressaltou Perrot (1988) ao discutir a exclusão das mulheres da história em sua obra *Os Excluídos da História*. Mulheres têm se organizado em diferentes momentos da história como na Revolução Francesa, na luta dos proletários, operários e em greves para engrossar o coro de reivindicações que muitas vezes trazia benefícios para ambos os sexos.

As mulheres passam a se organizar em movimentos de mulheres mais direcionados as suas necessidades enquanto mulheres em meio às lutas liberais burguesas do século XVIII. Desde então movimentos de mulheres e movimentos feministas têm levantado pautas de reivindicação em diferentes âmbitos das sociedades e estados para romper com o cenário da desigualdade entre os gêneros e garantir a cidadania para as mulheres.

Diante da força e organização desses movimentos as reivindicações das mulheres ganharam uma dimensão internacional que foi capaz de sensibilizar a Organização das

Nações Unidas em meados da década de 70 para promoção de um debate amplo visando a elaboração de estratégias para avançar na igualdade entre os gêneros no mundo. Tais estratégias passaram a ser conhecidas e definidas pela ONU a partir de 1995 como “gender mainstreaming” o que equivale denominar como integração de gênero no estado. O conceito de gender mainstreaming foi proposto pela primeira vez em 1985 na Terceira Conferência Mundial da Mulher em Nairobi, sendo formalmente apresentado em 1995 na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim.

As estratégias de integração de gênero no estado dessa maneira não podem ser consideradas concessões pensadas e elaboradas exclusivamente pelos governos de diferentes países do mundo para as mulheres sem a participação de outros atores sociais. Autoras como Alvarez (2000), Barton (2004), Chappel (2002), Machado (2010), Rankin (1996) destacam que a década de 70 foi o marco inicial do debate sobre a integração de gênero no estado em razão dos esforços promovidos pelos movimentos feministas e pela Organização das Nações Unidas - ONU em discutir na esfera internacional os problemas enfrentados pelas mulheres no mundo.

Para Haddad (2007) desde sua fundação em 1945 até os dias atuais, a Onu tem contribuído para o debate sobre as questões de gênero, discutindo e buscando influenciar os países membros a promover o direito das mulheres como direitos humanos fundamentais, codificando esses direitos em instrumentos legais internacionais e ainda encorajando o reconhecimento do papel das mulheres no desenvolvimento social e econômico dos países.

A ONU sensível às questões colocadas pelos movimentos feministas na esfera pública elegeu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Ao decretar o Ano Internacional da Mulher a instituição buscou traçar uma estratégia global para melhorar a qualidade de vida das mulheres no mundo por meio de um plano de ação mundial, elaborado diante a Conferência realizada, na cidade do México em homenagem ao Ano Internacional da Mulher.

As conferências mundiais tiveram um importante papel para a discussão dos direitos das mulheres na medida em que tiveram um impacto sobre a estrutura de gênero na maior parte dos países membros da ONU e foram importantes para legitimar a instauração de mudanças que buscaram influenciar o destino das mulheres no século XX.

Ao longo da Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Conferência das Mulheres em 1975, 1980, 1985 e 1995, da Conferência Mundial dos Direitos Humanos em 1993 e da Conferência Mundial de População e Desenvolvimento em 1994 nota-se um

aprofundamento do debate que retirou as questões de gênero anteriormente relegadas ao domínio interno das jurisdições nacionais e colocou em um espaço internacional na medida em que passaram a ocupar a esfera das preocupações globais.

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim no ano de 1995 representou um importante marco para a integração das questões de gênero nos governos. Apesar da existência de um debate anterior que buscava de alguma forma revisar o tema da igualdade é na Conferência de Pequim que esse processo ampliou na medida em que além de se falar nas mulheres elabora-se um conceito de gênero.

O conceito de gênero cunhado na conferência de Pequim deu ênfase às relações entre mulheres e homens partindo de uma perspectiva social, cultural e histórica levando em conta os papéis socialmente atribuídos a cada um dos gêneros na sociedade, no trabalho, na política, na família, nas instituições e em todos os aspectos das relações humanas.

A Plataforma de Ação de Pequim resultado da quarta conferência reconheceu a diversidade das mulheres e a partir desse reconhecimento buscou construir estratégias para se avançar na igualdade entre os gêneros através da integração da análise de gênero em todas as políticas e programas governamentais, em todas as áreas.

A presente pesquisa busca compreender a partir do ponto de vista das redes feministas o quadro atual das estratégias de integração de gênero no Brasil e no Canadá depois da construção da Plataforma de Ação de Pequim em 1995. Uma análise das vozes feministas “demandantes das políticas de igualdade” permitirá compreender a relação que é construída e quais fatores interferem no compromisso dos governos com a redução da desigualdade de gênero em suas sociedades nos dias atuais.

2. Brasil e Canadá em perspectiva comparada: uma análise da integração de gênero no Estado

Brasil e Canadá são signatários da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, assumiram oficialmente o compromisso de combater a desigualdade entre os gêneros a partir das estratégias estabelecidas pela Plataforma de Pequim. Apesar do compromisso assumido perante a Organização das Nações Unidas a desigualdade entre os gêneros configura-se como um problema social das referidas sociedades. Embora se tenha avançado em algumas das doze áreas^{iv} consideradas críticas para a garantia dos direitos a todas as mulheres como é o caso da educação e saúde o desafio de eliminar a desigualdade de gênero está presente.

Mesmo que as mulheres canadenses e brasileiras tenham chegado ao século XXI mais emponderadas e ocupando cada vez mais espaços na sociedade, nas universidades e no mercado de trabalho; a ocupação desses espaços não foi suficiente para eliminar a desigualdade entre os gêneros. Brasileiras e canadenses continuam com uma baixa representação nos cargos de decisão e na política, são as principais vítimas da violência doméstica, recebem salários desiguais para desempenhar as mesmas funções que os homens no mercado de trabalho e são as mais atingidas pela pobreza.

Brasil e Canadá assim como outros países do mundo não conseguiram eliminar a desigualdade entre os gêneros é o que aponta a pesquisa do Global Gender Gap Index (2006,2007,2008,2009,2010,2011). A pesquisa realizada anualmente pelo Fórum Mundial Econômico “Global Gender Gap Índice - GGGI” desde 2006 investiga a disparidade entre os gêneros a partir da avaliação de quatro áreas: participação e oportunidade econômica, nível de escolaridade, saúde e sobrevivência e empoderamento político.

A edição atual da pesquisa (2011) mostra que apesar do Brasil ter subido três posições (ocupa atualmente a 82ª posição) e o Canadá ter subido duas posições (ocupa atualmente a 18ª posição) em relação ao índice de 2010, áreas como oportunidade econômica e empoderamento político são as áreas que exigem mais atenção dos respectivos governos para reduzir a desigualdade entre os gêneros.

Uma interpretação dos dados da pesquisa do Fórum Mundial Econômico pode oferecer elementos para compreender que a elaboração e implementação das políticas públicas para as mulheres são ferramentas fundamentais para avançar na igualdade entre os gêneros em diferentes partes do mundo. Países que investem mais recursos em políticas para as mulheres oferecem mais condições para o exercício da igualdade o que os coloca em posições de destaque no ranking dessa pesquisa.

Apesar de ainda não ter concretizado o projeto da igualdade entre os gêneros o Canadá encontra-se em um patamar de desenvolvimento econômico e social mais elevado que o Brasil ocupa a 6ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (2011) enquanto o Brasil ocupa a 84ª colocação. Tal patamar de desenvolvimento humano permite ao governo canadense garantir mais ações para melhorar a qualidade de vida da população em geral. Apesar do desenvolvimento humano e econômico do Canadá Duflo alerta (2005) que o desenvolvimento econômico não é suficiente para trazer completa igualdade entre homens e mulheres. Assim ainda que o Canadá ocupe uma posição mais privilegiada do que o Brasil em termos de garantia de direitos para a

população, ambos os países enfrentam desafios para inserir as mulheres, em toda a sua diversidade, na sociedade, no mercado e na política.

No que se refere a área da participação e oportunidade econômica as brasileiras estão em maior desvantagem. Enquanto as canadenses têm uma participação de 75% na força de trabalho em relação aos 83% dos homens, a participação das brasileiras é de 64% em relação 85% dos homens.

Brasileiras e canadenses continuam recebendo menos em trabalhos similares aos dos homens, segundo o GGGI (2011) as brasileiras recebem 51% do salário que os homens recebem para desempenhar as mesmas funções no mercado de trabalho enquanto as canadenses recebem 75% do salário dos homens. A diferença salarial entre os gêneros tem se apresentado como um obstáculo para o avanço da igualdade das mulheres ao mesmo tempo em que contribui para o reforço da feminização da pobreza.

O GGGI (2011) mostra que o percentual das mulheres em cargo de chefia como legisladoras e gerentes seniores continua baixo nos dois países. Brasileiras e canadenses ocupam 36% nesses cargos enquanto os homens ocupam 64%. Em serviços profissionais e técnicos as mulheres estão em maior percentual, no Brasil elas ocupam 52% enquanto os homens ocupam 48% e no Canadá ocupam 57% enquanto os homens ocupam 43% dos cargos.

Mulheres canadenses e brasileiras continuam sub-representadas em todas as áreas da política e da vida pública. Várias barreiras têm impedido a ascensão das mulheres nesses espaços: estereótipos, tratamento negativo na mídia, dificuldade de dividir o tempo entre os compromissos e a família, o fracasso dos partidos políticos em apoiar candidaturas femininas e financiamento de campanha.

A representação política das mulheres no Canadá e no Brasil se manteve praticamente estagnada nos últimos cinco anos, raramente mostrando algum sinal de melhoria. De acordo com dados compilados pela União Inter-Parlamentar (2011)^v, o percentual de mulheres no parlamento canadense na Câmara dos Deputados é de 24,7% e no Senado 35,9% o país ocupa a posição 38^a no ranking mundial das mulheres no Parlamento. O Brasil ocupa a posição 110^a no ranking e o seu percentual de mulheres no parlamento é três vezes menor do que o do Canadá na Câmara dos deputados o percentual de mulheres deputadas é de 8,6% e no Senado é 16%.

Para fazer um enfrentamento a esse contexto ainda distante da igualdade entre os gêneros Brasil e Canadá criaram instituições direcionadas a promoção das políticas de igualdade. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Status Women

Canadá (SWC) são as agências com status de ministério responsáveis por estabelecer políticas para as mulheres e remover barreiras que impedem a igualdade de gênero desde sua criação (SPM foi criada em 2003 e a SWC em 1971).

A Status Women Canadá desde a sua criação em 1971 busca desenvolver iniciativas para eliminar a desigualdade entre os gêneros e promover a participação plena das mulheres na economia e na vida social e democrática do Canadá. Entre os principais programas e ações que a SWC desenvolve atualmente podemos destacar o Fundo Comunitário das Mulheres, Blueprint Projects e a Análise Baseada em Gênero.

O Fundo Comunitário das Mulheres busca assegurar outras fontes de financiamento aos projetos de organizações de mulheres que buscam garantir a sustentabilidade de melhorar a condição de vida das mulheres na sociedade canadense. A SWC apoia projetos que trazem a igualdade e o avanço das mulheres em três áreas prioritárias: o fim da violência contra mulheres e meninas, especialmente aquelas em comunidades remotas, aborígenes e imigrantes; melhorar a segurança econômica e prosperidade das mulheres e meninas, e encorajar as mulheres e meninas na liderança e tomada de papéis de decisão.

A SWC lançou no início de 2011 o Blueprint Projects para ajudar organizações de base comunitária em três áreas prioritárias: o fim da violência contra as mulheres; o aumento da segurança econômica e prosperidade das mulheres, e incentivo a liderança das mulheres e a participação democrática. A orientação dos projetos é centralizado em algumas áreas temáticas, entre elas as que buscam: aumentar o envolvimento de mulheres como tomadoras de decisão nas organizações de base comunitária; envolver os jovens na prevenção da violência contra mulheres e meninas, e melhorar as oportunidades financeiras e de crescimento para mulheres proprietárias de negócios.

A Análise Baseada em Gênero - Gender-based Analysis (GBA) é uma ferramenta para auxiliar a integração sistemática das questões de gênero nos processos de planejamento de políticas e de tomada de decisão do governo canadense. Corresponde a uma compreensão mais ampla da igualdade de gênero usando diversas competências e habilidades para envolver homens e mulheres na construção da sociedade e se preparando para o futuro.

A GBA é o processo liderado pela SWC para examinar uma política / programa/ iniciativa e os seus impactos sobre as mulheres e os homens em toda a sua diversidade. Ela busca captar a realidade de mulheres e homens afetados por um problema particular. Através do uso sistemático de GBA, os analistas políticos, investigadores, oficiais de

programa, prestadores de serviços, avaliadores e gestores são igualmente capazes de melhorar o seu trabalho por ser mais sensível às necessidades e circunstâncias específicas, e alcançar melhores resultados para os canadenses. O Governo do Canadá está empenhado em reforçar a integração da GBA em toda sua estrutura, tornando a prática sistemática, clara e documentada. GBA é uma responsabilidade compartilhada entre todos os departamentos e agências federais (<http://www.swc-cfc.gc.ca/>, 2011).

No Brasil a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada em 2003. O governo, por meio da criação da SPM, reconheceu a necessidade de produção de políticas públicas específicas, coordenando e incentivando ações nos órgãos governamentais, com vistas à transversalidade de gênero. Nas palavras da atual Ministra de Políticas para as Mulheres o papel da SPM é:

formular políticas públicas que possam alterar substancialmente a condição de desigualdade das mulheres no mundo do trabalho, na política, no enfrentamento a violência, na participação da mulher no acesso a formação e informação que é isso que na prática vai alterar essa condição de desigualdade^{VI}.

Entre as principais políticas e ações desenvolvidas pela SPM podemos destacar o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I e II), o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres e Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.

O programa Pró-Equidade de Gênero e Raça objetiva promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

O I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres são planos de governo que buscam orientar a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas reconhecendo e enfrentando as desigualdades entre homens e mulheres, negros e negras, no contexto do projeto político de gestão governamental. Estruturado em áreas estratégicas de atuação como autonomia e igualdade no mundo do trabalho; o processo de elaboração do plano contou com a participação de representantes dos poderes executivos estaduais e municipais, diversos ministérios e secretarias especiais, além de organizações de mulheres e feministas (<http://www.sepm.gov.br>, 2011).

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da Agenda Social do Governo Federal e consiste num acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que

visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero é uma iniciativa da [SPM](#) que, em parceria com outras instituições públicas e com organismos internacionais e organizações da sociedade civil, pretende dar visibilidade e fortalecer as ações do Estado Brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. O conteúdo destina-se aos/às gestores/as públicos/as, aos representantes políticos, a autoridades de partidos políticos, aos sindicatos, aos movimentos e organizações da sociedade civil, e em particular aos movimentos e às organizações feministas e de mulheres, assim como aos centros de produção de conhecimento e às universidades (<http://www.observatoriodegenero.gov.br>, 2011).

As políticas e programas acima descritos demonstram a materialização do compromisso assumido pelos governos brasileiro e canadense com a integração de gênero no Estado. A existência desses aparatos institucionais sinaliza uma possibilidade real de mudança no status social, político e econômico das mulheres na medida em que suas ações estão articuladas com outras instituições do governo em um trabalho contínuo de parcerias que objetivam lançar um olhar de gênero sobre as políticas e programas para perceber os impactos diferenciados que estas exercem na vida de homens e mulheres. No tópico abaixo serão abordadas as percepções das feministas canadenses e brasileiras sobre a atuação dos governos brasileiro e canadense para integrar as questões de gênero no Estado.

3. Olhares feministas sobre a integração de gênero no Brasil e no Canadá

Para compreender o contexto atual da integração de gênero no Estado brasileiro e canadense a que se levar em consideração as relações que são construídas entre Estado e movimentos feministas, pois os movimentos feministas são considerados ativos importantes para o desenho das políticas de igualdade nos governos.

As mulheres têm se organizado em uma diversidade de movimentos feministas com o objetivo de desenvolver estratégias de ação e mobilização que sejam capazes de influenciar na redução da desigualdade entre os gêneros em diferentes partes do mundo. Para que suas atuações possam causar mais impacto na opinião pública tem sido comum a essa diversidade de movimentos a atuação em redes de movimentos sociais que

englobam desde as demandas das jovens feministas, das feministas negras, das feministas lésbicas, entre outras.

Redes feministas canadenses e brasileiras vêm atuando em seus territórios desde a emergência da segunda onda feminista nos anos 70 para que suas reivindicações sejam incorporadas no Estado. Em momentos favoráveis ao diálogo entre movimentos e Estado, as redes têm sido bem sucedidas e conseguem influenciar as estratégias de integração de gênero no Estado, porém em outros momentos onde o mesmo diálogo não é possível as redes precisam recuar e repensar suas estratégias na base.

Para compreender como as feministas avaliam atualmente a integração de gênero nos respectivos países daremos destaque a duas redes feministas que surgem nos anos 90, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB criada em 1994, no Brasil e a Canadian Feminist Alliance - FAFIA criada em 1999, no Canadá. É importante ressaltar que a escolha da Fafia e AMB como porta vozes legítimas dos movimentos se deve ao fato de reunirem uma série de características tais como: abrangência em todo território nacional, defesa de uma ampla gama de temáticas de ação e o agrupamento de uma diversidade de movimentos e organizações feministas.

AMB e Fafia não são as únicas redes de movimentos feministas que atuam ativamente no Brasil e no Canadá, porém a escolha delas e não de outras redes justifica-se pelo fato de ambas terem emergido em decorrência da Conferência e da Plataforma de Ação de Pequim, momento paradigmático que instituiu uma nova forma de pensar as políticas e programas dos governos levando em consideração as questões de gênero. Tendo em vista o objetivo de se avaliar o contexto atual da integração de gênero no estado a partir do ponto de vista das feministas foram entrevistadas militantes da Fafia e da AMB. Bonnie Diamond, ex-diretora executiva da Fafia, Bárbara Cameron, membro do Conselho Administrativo e Julie Lalonde, gerente de projetos foram as militantes da Fafia entrevistadas e da AMB foram entrevistadas Schuma Schumacher, membro da Secretaria Executiva e Kauara Ferreira assistente da ONG CFEMEA, organização membro da AMB.

3.1 Canadá

Em dezembro de 2010 Fafia elaborou em parceria com o Canadian Labour Congress um relatório de avaliação dos 15 anos da Plataforma de Pequim^{vii} onde aponta uma forte queda no apoio institucional e político por parte do governo canadense para a promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres e meninas durante o período de 2004 a 2009. Entre as críticas apresentadas pelo relatório podemos destacar:

- A eliminação da palavra “igualdade de gênero” do mandato da principal instituição responsável pela igualdade de gênero no Canadá: a Status of Women - SWC;
- O fechamento de doze dos dezesseis Estado escritórios Mulheres, sobre justificativa que as questões das mulheres e dos homens não precisam ser separadas;
- A realocação de fundos das organizações que apóiam a defesa dos direitos humanos das mulheres para organizações que prestam apenas serviços na linha de frente;
- Presença de conselheiros de política seniores dentro do escritório do Primeiro-Ministro, com fortes ligações com organizações anti-feministas.

Para Bonnie Diamond^{viii} cada uma dessas críticas apontadas pelo relatório da Fafia teve conseqüências negativas tanto para a organização dos movimentos feministas canadenses quanto para eliminação da desigualdade entre os gêneros no período atual.

Estávamos habituadas a fazer pesquisas com orçamento vindo da Status Women Canadá, mas eles disseram “não para pesquisa”, o governo não irá financiar pesquisa, não irá financiar nenhum tipo de advocacy, Isso que em si é ruim o suficiente, porque antes de tudo, você não pode avançar se você não conhece o estado real, todo bom projeto deve ser baseado em um tipo de pesquisa, onde você realmente conhece a comunidade que você está tentando programas de ajuda. Além disso, a pesquisa no censo canadense sobre as mulheres também foi retirada. Eventualmente, com o censo sendo enfraquecido e o caminho adotado por este governo, nós não podemos fazer nossas pesquisas e dessa forma não iremos saber quais são as necessidades das mulheres. Saberemos por alguns anos, porque as coisas não mudam tão rapidamente, mas daqui uns anos, nós não seremos capazes de apresentar uma petição do governo condizente com a realidade porque nós não vamos ter os fatos e números (Diamond, 2011).

A ausência da palavra “*igualdade de gênero*” do mandato do governo e da SWC apontada pela Fafia e por diferentes autoras feministas canadenses como Stienstra (2003), Jeson (2009), Haussman & Rankin (2010) evidencia que o objetivo da retórica adotada pelo governo é “dizer” para a população e para o mundo que a igualdade entre os gêneros foi alcançada no Canadá e que as mulheres não precisam de mais nada. Tal postura do governo sugere que a realização de cortes nos financiamentos de projetos na área de advocacy e pesquisa a organizações feministas busca enfraquecer a atuação destes na sociedade canadense.

A gerente de projetos da Fafia, Julie Lalonde^{ix} pontua que governos que antecederam o governo Harper como o governo de Chéritier e Martin acreditavam que deviam financiar organizações não-governamentais pois na democracia todos devem ter o direito de expressar suas opiniões. No ponto de vista de uma militante da Fafia silenciar os movimentos sociais e “maquiar” os problemas vivenciados pelas mulheres canadenses torna a relação dos movimentos sociais com o governo conflituosa e tem causado

retrocessos nas estratégias de integração de gênero no estado. Para Lalonde o governo não atua como deveria:

Eu acho que muitas vezes estamos sendo manipulados para parecer que o Canadá está fazendo melhor do que ele realmente está fazendo. Porque quando nós nos encontramos com organizações de mulheres, quando nos encontrarmos com as mulheres, observamos que existem problemas que as afetam diariamente. É desanimador ver como o Canadá tem uma imagem tão bonita lá fora, queremos manter essa reputação, mas queremos que a reputação seja real, nós não queremos que seja uma mentira, por isso é difícil passar essa mensagem para as pessoas e fazê-las compreender que as coisas não estão indo bem aqui em tudo, porque não é isso que as pessoas vêem.

A existência de aparatos institucionais direcionados as mulheres no Canadá como em qualquer outro país não representa necessariamente uma garantia no avanço das estratégias de integração de gênero no estado apesar de sua existência ser essencial. O contexto político dominado por forças partidárias conservadoras nos leva a crer a partir da visão interna das representantes da Fafia que o clima atual não tem sido favorável para a atuação dos movimentos feministas no Canadá. A influência exercida por estes nas políticas no governo conservador não é a mesma em que tiveram em tempos de governo liberal. Para Diamond os tempos são difíceis para as feministas em razão da falta de linhas de financiamento para projetos de pesquisa e advocacy, da dificuldade de incidir no parlamento e da relação conflituosa com os burocratas do serviço público:

não temos a mesma capacidade de percorrer as comissões parlamentares como antes e muitas vezes, as organizações de mulheres não são vozes bem-vindas nas comissões, então não é tão fácil se envolver nas novas políticas que estão sendo formulados. Em terceiro lugar, você tem um serviço público que tem receio em estabelecer relações com as ONGs, e dessa maneira perdemos a capacidade de influenciar a burocracia.

Barbara Cameron^x enfatiza a existência de muitas mulheres vivendo em situação precária, especialmente indígenas e imigrantes que tentam viver com a assistência social:

O abandono por parte dos governos de um compromisso para garantir algum tipo de vida decente para as pessoas pobres tem um enorme impacto e que vai ser um enorme desafio nos próximos anos. Temos uma crescente disparidade em torno de linhas étnicas e raciais também. Se você olhar as mulheres que estão crescendo economicamente, tendem a ser mulheres brancas, quero dizer que há um monte de pobres mulheres brancas também, mas o fosso entre os salários entre as mulheres brancas e a mulheres de cor está crescendo.

Os níveis de pobreza e a falta de assistência social para as mulheres no Canadá têm sido apontados pela Organização das Nações Unidas praticamente em todas as avaliações sobre o desempenho do Canadá em relação aos direitos humanos, incluindo o Comitê da CEDAW, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Comitê de Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos. Fafia por meio da elaboração dos seus relatórios sombra apresentados a esses organismos internacionais tem denunciado

a realidade das mulheres canadenses e reivindicado mais políticas de assistência social ao governo canadense tanto em nível provincial como federal.

As ações do governo canadense para integração de gênero no estado estão sempre sendo avaliadas pelos movimentos e a falta de um espaço para dialogar com o Estado como têm ponderado as feministas da Fafia não impede que as reivindicações e as denúncias contra os abusos cometidos pelo governo na garantia dos direitos das mulheres continuem sendo apresentadas para a sociedade canadense e para os organismos internacionais.

3.2 Brasil

No que tange a relação da AMB com o governo brasileiro pode-se afirmar que o governo Lula (2003-2010) foi responsável pelo estreitamento do diálogo entre a sociedade civil e o Estado, diálogo este que tem sido mantido e consolidado no governo da presidenta Dilma Yousseff. A abertura desse diálogo foi possível graças a uma nova conjuntura política resultado da condução do governo brasileiro por um partido de esquerda historicamente conhecido pela aproximação com as classes populares e os movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores. Schuma Schuma^{xi} destaca como a relação entre a AMB e o governo tem sido construída:

Nos primeiros sete anos da SPM do governo Lula, a AMB teve uma atuação muito presente na SPM através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A AMB fez parte das duas comissões organizadoras da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Quando foi preciso aplaudir, aplaudimos. O que a gente mais fez foi levar propostas e reivindicar. Mas quando foi preciso criticar nós também o fizemos, obviamente sempre de maneira respeitosa, mas também bastante contundente. Então eu diria que foi uma relação muito saudável. Mantivemos os nossos princípios. Mantivemos a nossa autonomia e fomos uma articulação que contribuiu muito.

Schuma^{xi} apresenta uma característica importante da relação das feministas com o Estado em momentos onde as oportunidades políticas estão mais propícias ao acesso as instituições que é a capacidade de manter a autonomia mesmo em um momento favorável a parcerias com o Estado. Ainda que o resultado desse diálogo não gere os resultados que as feministas da AMB almejam, ele tem sido importante para impedir retrocessos e contribuir para a construção de novos projetos e parcerias em prol da igualdade entre os gêneros.

A AMB tem enfrentado desafios para construir uma relação de diálogo com o governo Dilma devido aos paradoxos que sua imagem traz ao jogo político. A chegada de uma mulher de um partido esquerda ao cargo da presidência do país traz novos desafios para a manutenção desse diálogo entre os movimentos feministas e o Estado que foi estabelecido no governo Lula. Mesmo que o anseio declarado pela presidenta no seu

primeiro dia de governo tenha sido “*abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidentas*”^{xii}, os movimentos feministas analisam a presença dela com cautela. A presença de Dilma na presidência não vem descolada dos grupos políticos que sustentam sua base de governo, nesse sentido podemos evidenciar que uma postura mais progressista e favorável a igualdade entre os gêneros não depende apenas da vontade da presidenta.

A avaliação das ações do governo para a integração de gênero no estado é uma preocupação permanente da AMB seja em seus eventos de capacitação das militantes seja em suas publicações^{xiii}. Apesar das várias conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras no governo do PT, a articulação reconhece que o governo precisa garantir os direitos das mulheres de uma forma mais ampla. Em primeiro lugar, no que diz respeito a implementação de acordos e plataformas internacionais que favorecem os direitos das mulheres e que o governo assumiu compromisso oficialmente existe uma contradição entre o discurso e a prática adotada pelo governo brasileiro. Para Schumacher:

os governos do Brasil, porque foram vários e em diferentes momentos, acabam tendo uma posição muito avançada perante outros países do mundo na hora da negociação dos acordos internacionais propostos em diferentes Conferências das Nações Unidas. O Brasil até se coloca com certo papel de liderança na luta para tentar incorporar a reivindicação, a expectativa da sociedade. Mas é impressionante porque participa, tem posição avançada, mas na hora de implementar nós infelizmente acabamos não tão contempladas assim. Eu acho que a plataforma de Beijing teve alguns momentos importantes no Brasil logo depois da conferência. Por exemplo, quando você pensa que o Ministério da Educação cria os chamados temas transversais na educação, ele cria os temas transversais muito pressionados pela plataforma de Beijing que dizia que a educação deveria ser uma educação não discriminatória, não sexista. É um dos capítulos da plataforma. E aí vai ter a questão de gênero, da diversidade cultural, etc., dentro desses temas transversais. Eu acho que a questão da violência também foi bastante impulsionada pela plataforma de Beijing, mas eu sinto que outras áreas foram esquecidas. E quando o Brasil inaugura com o governo Lula as conferências nacionais de políticas para as mulheres, acaba que o foco da plataforma de Beijing é deslocado para o plano nacional de política para as mulheres.

Como podemos notar a Plataforma de Pequim assim como outras plataformas e documentos produzidos nessas conferências têm dificuldade de aplicação no Brasil e por isso tem sido cada vez mais necessário indagar sobre a razão dos governos assumirem o compromisso com a igualdade entre os gêneros nesses espaços internacionais, criarem organismos de políticas de igualdade mas não destinarem recursos necessários para implementação das estratégias.

Apesar da distorção notada entre compromisso do governo e sua prática Kauara Ferreira^{xiv} faz uma reflexão sobre os avanços em termos de ações do governo que são um resultado de compromissos assumidos internacionalmente:

Nos últimos 5 anos tivemos um avanço em termos de políticas públicas porque agora temos um documento no qual todos os ministérios estão comprometidos com tais e tais coisas. Essa estratégia vem de Pequim,

vem da mobilização feminista, vem da cobrança, vem do novo governo Lula, que inaugurou o ciclo de conferências e a conferência das mulheres foi uma das conferências que tirou encaminhamentos para as políticas públicas, mas se esbarra em obstáculos. A estratégia até funciona, mas ela enfrenta muitos obstáculos resultantes de uma cultura patriarcal, uma cultura de que isso é coisa específica de mulher então não funciona, mas a gente pode: dá um pouquinho de políticas específicas para elas que elas vão ficar satisfeitas. É uma compreensão ainda muito limitada do que é avançar em igualdade de gênero. Apesar das estratégias terem contribuído pra avançar alguma coisa, ainda tem essa visão muito predominante na cabeça das pessoas e de quem está lá nos diversos níveis de governo, quem está na ponta executando também as vezes não consegue processar isso, não consegue se convencer disso, que na verdade o importante é que a igualdade de gênero seja pensada em conjunto, que a igualdade de gênero não seja pensada só numa política, ela tem que ser pensada num conjunto de ações do governo como um todo.

No balanço geral das políticas públicas para a igualdade nos dois governos de Lula o balanço realizado pela AMB aponta que:

a concepção de política para mulheres voltada ao enfrentamento das desigualdades foi minoritária entre os agentes governamentais que atuaram em sua implementação, boa parte deles sem qualquer perspectiva feminista do debate. Houve uma disputa sobre o que é fazer política para mulheres. (...) Durante os dois mandatos do presidente Lula, a gestão pública conviveu com diferentes formas de relação do Estado com as mulheres, gerando espaços contraditórios entre as velhas e novas formas de conferir lugar às mulheres na política pública. Constatamos que a implementação real de políticas para mulheres, nessa correlação de forças adversa, teve um limitado poder de democratização do Estado. Em nome das políticas para mulheres, setores conservadores promoveram um renascimento do “primeiro damismo” e das políticas para as “mulheres carentes”, que supostamente apenas têm carências e nunca direitos. (...) Nesses oito anos, a decisão de implementar políticas para mulheres, adotada em 2003, enfrentou forças políticas antifeministas e antidemocráticas, que influenciaram substantivamente as prioridades, a direção e a velocidade de implementação dessas políticas (AMB, Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente, 2011).

Várias críticas a respeito das políticas de igualdade foram feitas pela AMB na gestão do presidente Lula entre as principais críticas destacam-se as que estão relacionadas ao orçamento insuficiente dessas políticas, a estrutura e poder dados a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a dificuldade de transversalizar as questões de gênero em todas as instâncias governamentais.

No que diz respeito ao balanço das políticas implementadas nos primeiros meses do governo da presidenta Dilma as feministas da AMB avaliam que o caráter contraditório se mantém: prioridade para o enfrentamento à pobreza, manutenção da política econômica (que agrava a concentração de riqueza) e fortalecimento da política pública desenvolvimentista (que gera mais injustiça social e agrava a crise ambiental) (AMB, Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente, 2011). Tais prioridades não impulsionam a redução da desigualdade entre os gêneros e exigem uma atuação mais intensa dos movimentos feministas para evitar retrocessos nas conquistas das mulheres brasileiras.

4. Considerações finais

Cada conjuntura política e econômica que se apresenta no Brasil e no Canadá faz com que as feministas organizadas em redes avancem ou recuem no diálogo e construção dos espaços nos governos. Em toda a história dos movimentos feministas pode ser observado que as estratégias dos movimentos se movem de acordo com as oportunidades políticas e a receptividade que os governos dão as questões de gênero. Se por um lado foi possível observar que as oportunidades políticas estão mais favoráveis para intervenção feminista no estado brasileiro do que no estado canadense, por outro lado, pelo ponto de vista das feministas da Fafia e AMB existe uma unanimidade em reconhecer que as atuais políticas de igualdade oferecidas pelos governos canadense e brasileiro não respondem ao principal anseio delas que é a redução da desigualdade entre os gêneros.

Outro ponto a ser destacado a partir do discurso dessas feministas é que o diálogo dos movimentos feministas com os referidos governos não representa uma garantia de que suas demandas serão atendidas. Assim se no Canadá a atual conjuntura não favorece a abertura para o diálogo, no Brasil onde esse diálogo acontece de forma mais democrática às demandas estão longe de ser atendidas.

Dessa forma, observa-se a existência de diferentes obstáculos a serem enfrentados pelos movimentos feministas canadenses e brasileiros para dialogar e incidir no Estado em prol da implementação das políticas de igualdade. Entre os principais obstáculos, a partir do ponto de vista das feministas entrevistadas, estão a dificuldade de tornar o Estado mais sensível as demandas das mulheres, o orçamento para o desenvolvimento e implementação das políticas de igualdade e o avanço da transversalidade de gênero nas instituições do Estado.

ⁱ Professora Assistente da Universidade Federal do Tocantins no curso de Jornalismo e doutoranda em Ciências Sociais no Centro de Pesquisas e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC) na Universidade de Brasília (UnB).

ⁱⁱ Orientadora, Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília.

ⁱⁱⁱ A origem do patriarcalismo não costuma ser datada, alguns autores (Kraemer, 1991; Harris, 1993) sugerem que a propagação do patriarcado tenha surgido a 6000 anos atrás (4.000 a.C) quando o conceito de paternidade se enraizou. A dominação do homem sobre a mulher pode ser visualizada no Antigo Oriente Médio por volta de 3100 (a.C) por meio de restrições impostas as mulheres sobre a sua capacidade reprodutiva e restrições quanto a participação no processo de representação e na construção da história. (Kraemer, Sebastian (1991). ["The Origins of Fatherhood: An Ancient Family Process"](#). *Family Process* 30 (4): 377–392).

^{iv} Crescente proporção de mulheres em situação de pobreza; a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995).

^v Women in national parliaments. Dados compilados pelo [Inter-Parliamentary Union](http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif300611.htm) com base em informações fornecidas pelos parlamentos nacionais em 30 de junho de 2011. 187 países são classificados em ordem decrescente de porcentagem de mulheres na Câmara baixa ou única. Disponível em: < <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif300611.htm>>. Acesso em: 12 ago 2011.

^{vi} Entrevista concedida a pesquisadora no dia 10 de maio de 2011 no Seminário As Mulheres e a Reforma Política na Câmara dos Deputados, Brasília.

^{vii} Reality Check: Women in Canadá and the Beijing Declaration and Platform for Action Fifteen Year On, a canadian civil society response. Coordinated by the Canadian Labour Congress and Fafia, Ottawa, dezembr de 2010.

^{viii} Entrevista concedida a pesquisadora no dia 9 de março de 2011 em Ottawa, capital federal do Canadá.

^{ix} Entrevista concedida a pesquisadora no dia 3 de fevereiro de 2011 em Ottawa, capital federal do Canadá.

^x Entrevista concedida a pesquisadora no dia 2 de fevereiro de 2011 em Ottawa, capital federal do Canadá.

^{xi} Entrevista concedida a pesquisadora no dia 26 de abril de 2011 por telefone.

^{xii} Em discurso, Dilma destaca fato de ser primeira mulher presidente. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853567-em-discurso-dilma-destaca-fato-de-ser-primeira-mulher-presidente.shtml>>.

Acesso: 2 ago 2011.

^{xiii} A AMB publicou recentemente o livro *Políticas Públicas para a Igualdade: Balanço de 2003 a 2010 e Desafios do Presente*. Com o objetivo de analisar um conjunto de políticas no período de 2003 a 2010 a partir das estratégias colocadas pela Plataforma Política Feminista, formulada e aprovada no movimento de mulheres às vésperas da eleição federal na qual Lula foi eleito presidente.

^{xiv} Entrevista concedida a pesquisadora no dia 16 de maio de 2011 em Brasília, capital federal do Brasil.

Referências

Alvarez, Sônia E. et. al (2000) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

AMB (2011). **Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente**. Secretária Executiva da AMB - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – Brasília : CFEMEA.

Barton, Carol (2004). Global women's movements at a crossroads: Seeking definition, new alliances and greater impact. In: **Socialism and Democracy**, 18:1, 151 — 184.

BEAUVOIR, Simone de (1967). **O segundo sexo: II a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

CHAPPELL, Louise A (2002). **Gendering Government: Feminist Engagement with the State in Austrália and Canadá**. UBC Press, Vancouver, Toronto.

Duflo, Esther (2005). Gender Equality in Development. In: **Bread Policy Paper No. 11**, Bureau for Research in Economic Analysis of Development, Massachusetts Institute of Technology.

Haddad, Tathiana Machado Araújo (2007). **Diplomacia pública: a política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC, Rio de Janeiro.

Hausmann, Ricardo, Tyson, Laura D., Zahidi, Saadia (2011). [The Global Gender Gap Report 2011](#). World Economic Fórum.

Hausman, Melissa and Rankin, L. Pauline (2010). Framing the Harper Government: “Gender-Neutral” Electoral Appeals while being Gender-Negative in Caucus. In: Maslove, Allan M. (org). [How Ottawa Spends 2009-2010: Economic Upheaval and Political Dysfunction](#). Ottawa, Carleton University.

Jenson, Jane (2009). Writing Gender Out: The Continuing Effects of the Social Investment Perspective. In: Dobrowolsky, Alexandra (Org). **Women & Public Policy in Canada – Neo-liberalism and after?** Ottawa: Oxford University Press.

Machado, Lia Zanotta (2000). Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? In: **Série Antropologia** n. 284. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

- Organização das Nações Unidas (1995). **Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, China.
- Perrot, Michelle (1988). **Os Excluídos da História – operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra.
- Rankin, L. Pauline (1996). **Experience, Opportunity and the Politics of Place: A Comparative Analysis of Provincial and Territorial Women’s Movements in Canada. Unpublished doctoral thesis**. Tese de Doutorado, Carleton University: Department of Political Science.
- SCOTT, J (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, Jul/Dez.
- Stienstra, Debora (2003) “Gendered Dissonance: Feminists, FAFIA, and Canadian Foreign Policy” In Sjolander, C. T., Heather A. Smith, H. A. and Stienstra, Deborah (eds), **Feminist Perspectives on Canadian Foreign Policy**, New York: Oxford University Press, 2003.

